



“Conversas Cruzadas”

“Renegociar a dívida sim, mas não o valor total”

A sétima avaliação da troika e a reunião desta segunda-feira dos ministros das Finanças dos 17 países do euro foram os temas em destaque na edição desta semana do “Conversas Cruzadas”, que ainda passou pelo momento político em Itália.

» José Bastos

Miguel Cadilhe encara como “natural” a possibilidade de a *troika* se mostrar “receptiva a alguns acertos do programa de ajustamento”, considerando “especialmente importante que a renegociação de prazos e de taxas de juros - de encargos do serviço da dívida - seja encarada como deve ser”.

“Já o tenho defendido e se não for agora será mais adiante. Isso estará seguramente no prato das negociações”, sublinhou o ex-ministro das Finanças no programa “Conversas Cruzadas”, da *Renascença*.

Na edição de ontem, que juntou a Cadilhe o ex-ministro da Economia Daniel Bessa e o juiz Carlos Moreno, esteve em análise a sétima avaliação da *troika*, já em curso, e a reunião desta segunda-feira dos ministros das Finanças dos 17 países do euro.

Miguel Cadilhe, que, no Verão passado, lançou a tese da “renegociação honrada”, explica que em causa estão prazos e juros, mas nunca o valor total da dívida. “A dívida pública portuguesa, como está, em termos de prazos e de encargos financeiros, não é suportável. Portanto, para sermos realistas e razoáveis e, além disso, justos perante o sacrifício que está a ser exigido aos portugueses, temos de chegar ao ponto da renegociação de prazos e taxas de juro. Quando digo chegar a esse ponto, não incluo, de modo nenhum - nunca incluirei, nunca incluí até agora e nunca incluirei -, a redução do capital em dívida. O capital em dívida na dívida pública portuguesa deve ser considerado um dos pontos sagrados, intocáveis em qualquer processo de renegociação. Aí, reside a honra da República. Reside a honra do devedor que é Portugal. Isso é completamente distinto de estar a propor à *troika* e à Europa prazos mais longos e taxas de juro mais baixas”, disse o professor na Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica.

Já Daniel Bessa defende que não se deve descurar o défice. “Sou tão amigo de renegociar a dívida como de prosseguir o esforço de diminuição do défice. A simples redução dos juros facilita a redução do défice, porque há uma despesa que cai, mas eu não abrandaria nos objectivos de défice, porque estão ligados ao agravamento da dívida que já está em limites insuportáveis” afirma o presidente da Cotec Portugal.

Miguel Cadilhe contrapôs, alertando para os riscos de mais cortes. “O grande problema em fazermos deslizar um pouco a meta do programa de ajustamento, designadamente a meta do défice, tem a ver com a recessão de 2013, que é pior do que estava pressuposta no Orçamento. Ou seja: para se cumprir as metas de 2013, teríamos de introduzir medidas adicionais de austeridade. Mais austeridade em cima de austeridade”, referiu o ex-ministro das Finanças.

Cortes na Defesa

Noutro momento do programa, esteve em debate a

temática da reforma do Estado, com Daniel Bessa a defender que “a despesa do Estado tem de ser reduzida”.

“Não queria tocar em ‘vacas sagradas’”, disse Bessa, aclarando, de seguida, que o sector da Defesa não pode ficar excluído: “Há países onde o esforço na Defesa foi reduzido drasticamente. Quando se chega a este ponto em que está tudo em causa, não sei se há algum sector que possa verdadeiramente ficar de fora. Nas minhas contas, o que se gasta com Defesa e, concretamente, com as Forças Armadas tem que ser posto em cima da mesa. O que se gasta em segurança interna também. Embora eu ache que a segurança interna presta um serviço de maior premência e de resultado mais seguro do que a área da Defesa, nas condições actuais”.

Já Carlos Moreno, juiz jubilado do Tribunal de Contas, alertou para a necessidade de transparência e informação à sociedade. “O que estou a pedir é que os cidadãos, que estão, desde 2010, a sofrer muito e de uma forma violentíssima, sejam informados dos planos. Sejam informados das perspectivas a curto prazo e a longo prazo. Como é que vamos sair disto? Quando é que começa a mudar de uma forma visível? É isso que falta”, sustentou o magistrado.

Miguel Cadilhe lamentou o tempo perdido por este Executivo: “O Governo deveria ter começado logo nos primeiros tempos pela reforma do Estado. Disse-o várias vezes, mostrei mesmo o meu espanto por não ver avanços nesta área”.

Derrota para todos em Itália

No “Conversas Cruzadas”, houve também um olhar para a situação em Itália, um “*tsunami* eleitoral”, nas palavras de Carlos Moreno, que é uma evidência do divórcio entre eleitores e eleitos, identificável também em Portugal: “O afastamento da classe política em geral dos cidadãos é manifesto. Hoje, a organização política do Estado não é sentida pelos cidadãos como sua própria representação. São do Estado, são dos partidos, mas não são seus. Isso talvez seja diferente na administração local, mas no Estado central há uma distância e uma descrença na representatividade do poder político”, alerta este especialista em Finanças Públicas e autor do *best-seller* recente “Como o Estado gasta o nosso dinheiro”.

Daniel Bessa sustenta que a Europa perdeu, em Itália. “Perdemos todos”, afirmou, sublinhando que “a Itália está hoje mais longe de uma solução do que estava”. “Uma governação séria, difícil, austera como a governação do primeiro-ministro Mario Monti não colheu a simpatia democrática. Isto é tremendo, porque se Monti estava a fazer bem, a democracia entendeu o contrário. Não sei se Monti estaria a fazer completamente bem, mas é uma pergunta que deixo em aberto”, disse Miguel Cadilhe.